

O que gera desequilíbrio

Estes foram alguns dos pontos importantes da palestra de Antonio Kandir:

• Uma estrutura industrial que desestimula a produtividade e o desenvolvimento tecnológico e tampouco oferece externalidades competitivas, gera profundos desequilíbrios de caráter macroeconômico e social. Tais desequilíbrios conferem à atividade empresarial elevado grau de incerteza e risco, fazendo com que a obtenção, no curto prazo, de margens de lucro elevadas torne-se um imperativo gerencial.

• A obtenção de lucros passará a se associar ao aumento da produtividade e à inovação tecnológica, e não a salários baixos, uso extensivo de recursos naturais ou privilégios e concessões estatais.

• O sucesso na redução das margens de lucros espúrias e elevação da produtividade estarão eliminando os determinantes básicos da concentração da renda e da ineficiência da estrutura produtiva, responsáveis pela pobreza e atraso da economia brasileira.

• A liberalização do comércio externo e a melhor receptividade ao capital estrangeiro favorecem a ampliação da oferta. A maior integração com o mercado internacional altera de imediato o padrão de referência dos agentes econômicos relativa a preços e qualidade. A maior concorrência tende, portanto, a reduzir margens de lucro e induzir um processo de reestruturação industrial visando maior produtividade e competitividade.

• A privatização e a desregulamentação estão eliminando os vícios herdados de uma atuação excessivamente intervencionista e distorcida do setor público. A desmobilização de cartórios e a eliminação de entraves burocráti-

cos e legislação anacrônica viabilizam o melhor funcionamento dos mercados.

• O aprimoramento da legislação antitruste, criando uma instância preventiva para que os agentes com práticas consideradas abusivas corrijam sua atuação, confere ao poder público um instrumento importante de defesa da concorrência. Um instrumento ágil, que focaliza a prática errônea e não a estrutura empresarial, que em muitos setores, devido às próprias condições de concorrência, é necessariamente concentrada.

• A nova política industrial pretende realizar intervenções funcionais e seletivas. Não se justifica mais a utilização indiscriminada de recursos públicos. Os esforços deverão se concentrar na potencialização do desenvolvimento tecnológico e gerencial, base da estratégia de especialização competitiva.

• A política de capacitação tecnológica é o principal instrumento que o governo acionará no processo de reestruturação industrial. A ela serão destinados recursos orçamentários e financiamentos preferenciais, além de incentivos fiscais.

• Um requisito básico para o sucesso desta política é a modernização das relações capital-trabalho. O antagonismo que marca o relacionamento entre empresários e trabalhadores está sofrendo profundas transformações decorrente da revolução tecnológica que estamos assistindo e na qual queremos nos inserir.

• A criação de um novo ambiente de diálogo no mercado de trabalho é fundamental tanto para tornar rápida e eficaz a absorção das novas tecnologias como para fazer com que o processo de redistribuição de renda se faça de maneira consensual e racional.